



Griot: Revista de Filosofia

ISSN: 2178-1036

griotrevista@gmail.com

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Brasil

Domecq, Martin

Sobre a noção de transparência em Byung-Chul Han e a defesa de nossa desacreditada opacidade

Griot: Revista de Filosofia, vol. 20, núm. 3, 2020, pp. 342-361

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Brasil

DOI: <https://doi.org/10.31977/grirfi.v20i3.1860>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=576664634025>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

UABM redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc


Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal

Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

SOBRE A NOÇÃO DE TRANSPARÊNCIA EM BYUNG-CHUL HAN E A DEFESA DE NOSSA DESACREDITADA OPACIDADE

Martin Domecq¹

Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB)

 <https://orcid.org/0000-0002-1488-9782>

E-mail: martin.ufsb@gmail.com

RESUMO:

A transparência é um velho ideal moderno que as novas tecnologias rejuvenesceram e tornaram onipresente nas discussões atuais sobre poder, cultura digital e controle. Neste artigo, propomos uma análise da noção de transparência ao longo de quatro obras do filósofo contemporâneo Byung-Chul Han: *Sociedade do cansaço*, *Topologia da violência*, *Sociedade da transparência* e *Psicopolítica*. Este percurso nos permitirá sugerir uma genealogia desta noção na obra de Han. A noção de transparência será analisada como desdobramento da sociedade de desempenho, como forma de violência, como fenômeno econômico e cultural e como dispositivo neoliberal. Tais abordagens propostas por Han supõem uma mudança do paradigma disciplinar elaborado por Foucault: assim a sociedade contemporânea seria mais uma sociedade do desempenho que uma sociedade disciplinar. Em nossas considerações finais, pontuaremos algumas críticas ao livro *Psicopolítica*. Se a transparência é um dispositivo que gera uma visibilidade seletiva para reproduzir uma ordem neoliberal, um discurso crítico sobre a transparência não deveria invisibilizar as concepções que se contrapõem a esse dispositivo. Nesta direção, aventamos quatro perspectivas que agrupam linhas de ações coletivas e individuais que confrontam o dispositivo neoliberal da transparência.

PALAVRAS – CHAVE: Transparência; Sociedade do Desempenho; Dispositivos de poder; Neoliberalismo; Psicopolítica.

ON THE NOTION OF TRANSPARENCY IN BYUNG-CHUL HAN AND THE DEFENSE OF OUR DISCREDITED OPACITY

ABSTRACT:

Transparency is a long-standing modern ideal that new technologies have rejuvenated and made ubiquitous in current discussions of power, digital culture, and control. In this article, we propose an analysis of the notion of transparency throughout four works by the contemporary philosopher Byung-Chul Han: *The Burnout Society*, *Topology of violence*, *Society of transparency* and *Psychopolitics*. This journey will allow us to suggest a genealogy of this notion in Han's work. Transparency will be analyzed as the result of the performance society, as a form of violence, as an economic and cultural phenomenon and as a neoliberal device. These approaches proposed by Han represent a change in the disciplinary paradigm elaborated by Foucault: contemporary society would be more a performance society than a disciplinary society. In our final remarks, we will highlight some criticisms of the book *Psychopolitics*. If transparency is a device that generates selective visibility to reproduce a neoliberal order, a critical discourse on transparency should not make the perspectives that oppose this device invisible. In this direction, we have suggested four perspectives that group collective and individual lines of action that confront the neoliberal transparency device.

KEYWORDS: Transparency; Performance society; Power devices; Neoliberalism; Psychopolitics.

¹ Doutor pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador – BA, Brasil. Professor da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), Itabuna – BA, Brasil.

L'autre est ce qui me permet de ne pas me repeter à l'infini.
Jean Baudrillard

Los sujetos pueden ser reducidos a su imagen,
tal es el principio de la transparencia.
Gérard Wajcman

Introdução

A transparência não é um tema novo nem para a filosofia, nem para a historiografia. Desde Descartes, a filosofia moderna se define por seu esforço de tornar transparente/evidente tanto o conhecimento, quanto o sujeito que conhece. A historiografia situa na Revolução Francesa a origem de uma nova ordem política que busca substituir uma autoridade baseada no sangue, em Deus e no secreto, por uma autoridade cuja soberania emana do povo e cuja legitimidade se baseia na opinião pública (MÜNCH, 2011). A nova transparência supõe um poder que publica suas ações e um público que as fiscaliza através da imprensa. Esta relevância dada à opinião pública determinará o estabelecimento da liberdade de expressão como um direito humano fundamental (MÜNCH, 2011). No entanto, nosso interesse neste artigo é a história recente deste velho ideal, a transparência, agora rejuvenescido pela cultura digital e o neoliberalismo. Este propósito nos conduz à obra do filósofo de origem Sul-coreana Byung-Chul Han (1959) que aborda a questão em diálogo com um leque expressivo de filósofos contemporâneos. Dentre eles, cabe destacar a Jean Baudrillard pela influência que seu pensamento teve em Han. Por certo, foi Jean Baudrillard que em 1990 já associava a violência terrorista com um processo de *eliminação da negatividade nas sociedades ocidentais* (BAUDRILLARD, 1991, pp 51-52):

Paradójicamente, esa incertidumbre proviene de un exceso de positividad, de una baja inexorable de la tasa de negatividad. [...] Es un poco como el hombre que ha perdido su sombra: o se ha vuelto transparente a la luz que le atraviesa, o es iluminado por todas partes, sobreexpuesto sin defensa a todas las fuentes de luz. Así que nos hallamos iluminados por todas partes por las técnicas, por las imágenes, por la información, sin poder refractar esa luz, y estamos entregados a una actividad blanca, a una socialidad blanca, al blanqueo de los cuerpos como del dinero, el cerebro y la memoria, a una asepsia total. Se blanquea la violencia, se blanquea la historia en una gigantesca maniobra de cirugía estética al término de la cual solo existen una sociedad y unos individuos incapaces de violencia, incapaces de negatividad.²

Certamente esta interpretação de Baudrillard ecoa no pensamento de Han. No entanto, não parece justo - como fazem alguns comentaristas (VASQUEZ ROCCA, 2017) – ver uma fragilidade nestas ressonâncias. Mais adequado parece-nós ler a obra de Han como um palimpsesto no qual diferentes temas, obras e autores do passado são revisitados para interpretar nossa

² “Paradoxalmente, essa incerteza vem de um excesso de positividade, e de uma queda inexorável na taxa de negatividade. [...] É um pouco como o homem que perdeu sua sombra: ou tornou-se transparente à luz que passa por ele ou é iluminado em todos os lugares, superexposto sem defesa para todas as fontes de luz. Portanto, somos iluminados em toda parte por técnicas, imagens, informações, sem poder refratar essa luz, e estamos entregues a uma atividade branca, a uma socialidade branca, à lavagem do dinheiro, do cérebro, e da memória, entregues a uma assepsia total. A violência é assepticizada, a história é assepticizada numa gigantesca manobra de cirurgia plástica no final da qual existe apenas uma sociedade e uns indivíduos incapazes de violência, incapazes de negatividade.” Tradução do autor. Optei por traduzir “blanchir” por “assepticizar” tendo em conta que a palavra francesa “blanchir” se usa como sinônimo de “lavar”. Estas operações de lavagem eliminam as negatividades e tornam as coisas assépticas, brancas, transparentes.

contemporaneidade. A questão é interrogar o sentido atual de uma releitura destas ideias de Baudrillard³. Não haveria em Han uma pretensão de originalidade e sim, um reconhecimento da tradição como fonte hermenêutica do pensamento. De fato, no seu livro sobre “a arte da falsificação e da desconstrução na China” encontramos esta referência ao palimpsesto, à cópia e às “versões”, para descrever como a arte chinesa atualiza e homenageia suas tradições (HAN, 2016, pp 19-39). Trata-se, portanto, de revisitar a noção de transparência e não de propor um conceito novo.

A obra de Han está profundamente influenciada por uma tradição filosófica alemã: Kant, Hegel, Nietzsche, Heidegger e, em menor medida, Marx. A partir de sua leitura desta tradição, ele discute um leque variado de filósofos mais contemporâneos como Foucault, Arendt, Benjamin, Baudrillard e Agamben, para mencionar os mais citados. Na atualidade, Byung-Chul Han é professor de Filosofia e Estudos Culturais da Universidade de Artes de Berlim, e muitos de seus livros podem se inscrever no gênero dos estudos culturais devido à suas abordagens interdisciplinares de problemáticas contemporâneas do campo da cultura.

A ideia de transparência é hoje um mote no discurso da segurança pública, da política, da cultura digital e da organização do trabalho. Talvez alguns fenômenos que Baudrillard considerava “extremos” no seu ensaio, sejam, trinta anos depois, parte de um cotidiano que não problematizamos porque está naturalizado. Provavelmente as potencialidades do *Big data*⁴ sejam hoje para nós um novo “extremo”, uma ameaça que podemos entrever quando seguimos este pensamento que nos convida a reconsiderar a problemática da transparência. Também, a persistência da transparência como um valor positivo em esferas tão diversas, reforça pertinência de revisitar e de repensar de forma crítica esta noção. Neste artigo propomos uma análise da noção de transparência ao longo de quatro obras de Byung-Chul Han. Este percurso permitir-nos-á sugerir uma genealogia desta noção na obra de Han e examinar a transparência em tanto dispositivo neoliberal. Em nossas considerações finais, pontuaremos algumas críticas ao livro *Psicopolítica* e organizaremos em quatro perspectivas formas de ação coletiva e individuais que confrontam o dispositivo neoliberal da transparência. Desta forma, pretendemos contestar certo fatalismo que eflui da leitura destas obras.

O que Byung-Chul Han denomina a sociedade da transparência? Trata-se de um fenômeno econômico, político e cultural cujo epicentro encontra-se nas sociedades ocidentais neoliberais economicamente mais desenvolvidas. Para caracterizar este fenômeno - que situamos no alvorecer da década de noventa a partir do lançamento da *World Wide Web* - propomos rastrear seu tratamento ao longo de quatro livros: *Sociedade do Cansaço*, *Topologia da violência*, *Sociedade da transparência* e *Psicopolítica*. Estes livros foram publicados na Alemanha entre 2010 e 2014 e os quatro têm o intuito de indagar sobre os fundamentos dos modos de ser contemporâneos. O

³ Encontramos também antecedentes importante desta noção na obra de Michel Guérin *La transparence comme paradigme*, e no livro *L'oeuil absolu* de Gerad Wajcman. Publicados na França em 2008 e 2010, respectivamente, estes livros mostram a persistência da ideia de transparência como inquietação intelectual quase vinte anos após a publicação do livro citado de Baudrillard. Notamos que Wajcman e Guérin não são citados por Han.

⁴ “A nomenclatura *Big Data* é um conceito abstrato que surgiu em meados de 2010 para designar a tendência tecnológica de gerar grandes quantidades de dados, de diferentes origens e formatos e que, normalmente, são contínuos (Chen et al., 2014). Autores como Davenport (2014) e Chow-White and Green (2013) retratam o uso do Big Data como ferramenta emergente para a tomada de decisão corporativa. De fato, o grande volume de dados é a principal característica já estampada na nomenclatura “big”. De acordo com Davenport (2014), somente no ano de 2012, foram gerados no mundo cerca de 2,8 trilhões de gigabytes em dados. Esta medida em bytes, é usada para especificar o tamanho da capacidade de armazenamento de um dispositivo, e que demonstra a grandiosidade da escalada da geração transmissão de dados pelas redes informatizadas, já que 2,8 exabytes correspondem a uma quantidade mais de um bilhão de vezes maior daquilo que era a referência na transação de dados de uma década atrás (Mcafee & Brynjolfsson, 2012).” (SILVEIRA M. et all., 2015, p. 47)

primeiro livro analisa as causas das patologias da sociedade pós-disciplinar; o segundo examina as formas da violência da modernidade à pós-modernidade; o terceiro descreve diversas dimensões da sociedade da transparência; finalmente, *Psicopolítica* reflete sobre os dispositivos de poder nas sociedades digitais neoliberais. Nossa leitura – que para cada uma destas obras destacará apenas o que consideramos mais relevante para nosso tema - seguirá esta ordem cronológica para permitir entrever uma genealogia da noção de transparência no pensamento de Han.

O cansaço como sintoma de uma autoexploração

No segundo capítulo da *Sociedade do Cansaço*, Han (2015, p. 23) descreve uma mudança de paradigma: “A sociedade do século XXI não é mais uma sociedade disciplinar, mas uma sociedade do desempenho”. No entanto, não devemos ver esta mudança como uma substituição abrupta: trata-se de uma transformação na qual, gradualmente, se impõem elementos novos que não podem ser explicados pelo modelo anterior. Hoffman (2018, pp 51-52) observa que também para Foucault a sociedade disciplinar não deve ser entendida de forma totalizadora:

Foucault claramente quer que extraíamos da frase “sociedade disciplinar” um entendimento de uma sociedade na qual o poder disciplinar seja difundido o suficiente para interagir com outras modalidades de poder e alterá-las, em vez de um no qual ele oblitere essas outras modalidades.

A generalização do poder disciplinar - num processo contínuo que avança fortemente no século XVIII e se consolida nos séculos XIX e XX - é o que Foucault sintetiza na frase *sociedade disciplinar*. Por tanto, descrever o poder disciplinar e seus dispositivos nos ajudará a compreender a mudança que Han situa no século XXI. O poder disciplinar é um poder normativo, hierárquico e punitivo que se aplica aos corpos com o intuito de tornar os sujeitos mais eficientes e dóceis. O adestramento militar, a escola, disciplinas como o balé ou a arquitetura panóptica, são alguns exemplos eloquentes da complexidade de seus procedimentos. O poder disciplinar é um poder que individualiza: não apenas porque se aplica aos indivíduos, mas, principalmente, porque configura essas individualidades. O exército recebe um jovem e produz um militar; a escola recebe uma criança e produz um aluno/a; a academia de balé recebe uma pessoa desejosa de dançar e produz um/a bailarino/a clássico. O taylorismo também é um exemplo de organização disciplinar das forças do trabalho. Segundo Hoffman (2018, p. 52):

[...] a administração científica proposta por Taylor em seu *Princípios* tenta aumentar a eficiência dos trabalhadores privando-os de qualquer papel no planejamento e controle de seu próprio trabalho, e colocando esses papéis diretamente nas mãos da administração. A administração científica é manifestamente disciplinar neste objetivo geral de aumentar a eficiência [de cada indivíduo]. Taylor dedica a maior parte de seus *Princípios* a ilustrar a eficácia e a superioridade da administração científica com referência a exemplos concretos tirados de uma série de atividades industriais, e é nas complexidades inglorias destes exemplos que sua adoção de uma perspectiva disciplinar se torna completamente impressionante.

Nos exemplos analisados por Hoffman, vê-se de que forma, ações e estratégias, baseadas num conhecimento individualizado do trabalhador, permitem um aumento de sua produtividade e de sua docilidade. Esta menção do taylorismo é importante porque ajuda a compreender melhor as transformações da passagem descrita por Han de uma sociedade disciplinar à uma sociedade

do desempenho, como uma mudança nas tecnologias da organização do trabalho. No seu artigo sobre esta mudança tecnológica e organizacional, Linhart (1993, p.66) destaca como “novas características” de uma organização pós-taylorista do trabalho: a transparência, a interatividade, a comunicabilidade, a descentralização das decisões, a mobilidade etc. Segundo esta autora (LINHART, 1993, p.73), esta nova cultura do trabalho requer a implementação de estratégias voltadas para uma “emancipação dos trabalhadores com relação a seus coletivos de pertencimento” de modo que estes passem a se identificar junto à empresa como indivíduos – em lugar de sentirem-se parte de uma categoria, classe, coletivo, etc.

Notamos que na *Sociedade do cansaço* não há nenhuma menção à transparência. A tese central do livro é que a sociedade do desempenho estaria na base da multiplicação das doenças neuronais que, segundo Han (2015, p.7), caracteriza as sociedades neoliberais desenvolvidas: depressão, transtorno de déficit de atenção com síndrome de hiperatividade, síndrome de Burnout etc. No entanto, se escolhemos esse livro como ponto de partida para tratarmos a questão da transparência é porque consideramos que a sociedade da transparência é um desdobramento da sociedade do desempenho; vejamos, brevemente, como Han caracteriza a sociedade do desempenho (HAN, 2015, p.24-25):

A sociedade disciplinar é uma sociedade da negatividade. É determinada pela negatividade da proibição. [...] A sociedade do desempenho vai se desvinculando cada vez mais da negatividade. Justamente a desregulamentação crescente vai abolindo-a. [...] O plural coletivo da afirmação *Yes, we can* expressa precisamente o caráter de positividade da sociedade do desempenho. No lugar de proibição, mandamento ou lei, entram projeto, iniciativa e motivação. A sociedade disciplinar ainda está dominada pelo não. Sua negatividade gera loucos e delinquentes. A sociedade do desempenho, ao contrário, produz depressivos e fracassados.

A tendência da cultura do desempenho está marcada pela valorização social de características opostas às que definiam a sociedade disciplinar. Se o poder disciplinar foi definido como um poder normativo, hierárquico e punitivo que se aplica aos corpos com o intuito de tornar os sujeitos mais eficientes e dóceis, poderíamos dizer que a cultura do desempenho é não-normativa, não-hierárquica e não punitiva. Ela se aplica principalmente à *psique* dos sujeitos, e seu objetivo é produzir indivíduos cada vez mais eficientes, mais competitivos e mais inovadores. Destacamos que neste modelo, eles não precisam ser dóceis: basta que sejam individualistas e competitivos, já que a competição garante a reprodução das relações sociais. O sujeito de desempenho não é mais um sujeito de obediência: até em sua desobediência ele reproduz o sistema; a cultura do desempenho remete a formas de organização do trabalho pós-taylorista, também, cabe acrescentar que responde a um contexto de enfraquecimento do poder dos estados nacionais frente à globalização (muitas instituições disciplinares estão associadas aos estados nacionais). A responsabilidade da produtividade individual já não recai numa exterioridade, cada indivíduo é responsável por maximizar, diversificar ou qualificar sua autoprodução aproveitando as oportunidades de um mercado global. Porém,

A queda da instância dominadora não leva à liberdade. Ao contrário, faz com que liberdade e coação coincidam. Assim, o sujeito de desempenho se entrega à liberdade coercitiva ou à livre coerção de maximizar o desempenho. [...] Essa autorreferencialidade gera uma liberdade paradoxal que, em virtude das estruturas coercitivas que lhe são inerentes, se transforma em violência. (HAN, 2015, p.30)

Não discutiremos aqui as teses da *Sociedade do cansaço*. O que nos interessa é mostrar que nesse ponto de seu pensamento Han não menciona ainda a ideia de transparência. Porém, ele mostra como essa aparente liberdade se torna uma autosujeição e como esta - submetida ao imperativo de maximizar a produtividade individual num entorno competitivo - conduz a uma autoviolência. Essa autoviolência seria a origem de muitas doenças neuronais. Como veremos a seguir, é justamente a essa ideia de autoviolência que Han associa a questão da transparência no livro *Topologia da violência*, publicado em 2011, um ano depois de *Sociedade do cansaço*.

A transparência como violência

A sociedade do desempenho é caracterizada como uma sociedade que “se desvincula cada vez mais da negatividade”. Esse processo não é inócuo. Em *Topologia da violência* Han dedica um capítulo para analisar a “violência da transparência”. Como indicamos, na sua primeira aproximação à transparência, ele investiga a transparência como violência (HAN, 2017, p. 201):

O mote da transparência domina o discurso social de hoje. Está em curso um processo abrangente, uma mudança de paradigma que, em sua complexidade e efeitos profundos, vai muito além de problemas como a democracia, justiça e verdade. A coerção generalizada por transparência aponta para uma constelação social dominada pelo excesso de positividade, que, assim, vai eliminando cada vez mais a negatividade.

Sociedade do desempenho e sociedade da transparência são fenômenos concomitantes que se sobrepõem: descrevem o novo paradigma que substitui gradativamente a *sociedade disciplinar* descrita por Foucault. Como apontamos, trata-se de um fenômeno cultural, econômico e político. Esta abrangência habilita o uso da expressão “novo paradigma”. Reforçando estas interdependências, Han afirma (2017, p.201) que “(...) a ditadura da transparência não deve ser pensada como algo separado de fenômenos como *hipercomunicação*, *hiperinformação* e *hipervisibilidade*”. As TIC's⁵ são os alicerces tecnológicos deste crescimento e desta aceleração. Todavia, examinemos de mais perto esta relação que Han estabelece entre transparência e violência.

Han refere-se a “ditadura” e a “imperativo”, contudo o capítulo dedica-se fundamentalmente aos aspectos intra-psíquicos da violência que são, segundo o autor, os mais característicos do paradigma contemporâneo. A violência da transparência é fundamentalmente uma autoagressão. Na topologia atual da violência, a violência física se retira e se invisibiliza, e o poder se exerce de maneira mais sólida e econômica através de uma violência intra-psíquica na qual cada sujeito polícia-se a si mesmo:

A internalização psíquica é um dos deslocamentos topológicos centrais da violência da modernidade [...] ela provê mecanismos para que o sujeito de obediência internalize as instâncias de domínio exteriores transformando-as em parte componente de si. Com isso, exerce-se o domínio com muito menos desgaste. Também a violência simbólica é uma violência que se serve do automatismo do costume. Ela se inscreve nas coisas autoevidentes e naturais, nos modelos de percepção e de comportamento que se tornam hábito. (HAN, 2017, pp 22-23)

Nessas linhas Han alude ao sujeito de obediência. As formas de sujeição e coação que o tipificam ainda perduram. No entanto, o *sujeito de desempenho* introduz uma subversão nessa

⁵ Tecnologias da informação e da comunicação.

forma de controle. O sujeito de obediência interioriza normas, autoridades, proibições. Em contraposição, o sujeito do desempenho é pobre no que tange a essas negatividades:

O aparato psíquico de Freud está tomado pela negação e repressão, como também pelo medo de ultrapassar os limites. O eu é um ‘lugar de medo’, ele tem medo do grande outro. O sujeito de desempenho pós-moderno é pobre em negação, é um sujeito de afirmação. [...] O sujeito de desempenho pós-moderno não segue nenhum trabalho voltado ao dever. O que conforma sua máxima não é obediência, lei e cumprimento do dever, mas liberdade, prazer, inclinação. Tampouco se trata de ouvir o apelo do outro. Ao contrário, ele ouve sobretudo a si mesmo, ele deve ser autoempresendedor. (HAN, 2017, p.58-61)

A eliminação do “grande outro” do conflito interno abriria o espaço para uma queda narcisista do sujeito, na qual o superego seria substituído por um *ego ideal*⁶ (HAN, 2017, p.79-80). Esta depreciação da alteridade tem consequências em diferentes esferas. No livro *A agonia do Eros*, Han (2017) analisa esses desdobramentos na esfera dos afetos. Sem entrar na discussão sobre a validade desta tese sobre uma mudança da estrutura psíquica⁷, o que nos interessa aqui é destacar esta abordagem do debilitamento, ou da anulação, das negatividades como processo estrutural intrapsíquico.

A transparência é algo que se impõe como um mandato, quase como uma condição para existir. Isto gera uma situação paradoxal na qual o que se apresenta como um recurso para ampliar as possibilidades de visibilidade e liberdade dos sujeitos, termina gerando efeitos opostos:

O imperativo da transparência faz desaparecer toda e qualquer distância e discrição, sendo que transparência significa proximidade, total promiscuidade e permeabilidade, total exposição e exibição. Transparência também é a nudez e obscenidade do dinheiro, que iguala tudo com tudo na medida em que elimina a incomensurabilidade e impenetrabilidade das coisas [e das pessoas]. Obsceno é um mundo em que tudo pode ser expresso em forma de preço, e no qual tem de projetar algum lucro. [...] Nessa sociedade exposta cada sujeito é seu próprio objeto de propaganda. (HAN, 2017, pp 208-209)

As palavras chaves para compreender essa violência são o sufixo *hiper* que encontramos em hipercomunicação, hiperinformação e hipervisibilidade e a palavra excesso: “O excesso de exposição transforma tudo em mercadoria.” (HAN, 2017, p.209). O problema não é a informação em si mesma: o problema é quando a informação substitui a densidade e a complexidade de nossa experiência e de sua pluralidade narrativa. O problema não é a comunicação: a violência só se manifesta quando a comunicação interpela o outro como um *igual* e elimina o silêncio, a pausa, a reflexão, a distância, o recolhimento, o tempo para amadurecer o que se sente ou o que se diz. Da mesma forma, o que gera a autoagressão não é a mera exposição, e sim, a pressão para produzir constantemente imagens positivas e originais de si mesmo para se autovalorizar num mercado de imagens altamente competitivo e evanescente. O contraste entre as limitações do corpo e as

⁶ “O sujeito de desempenho *projeta-se* na direção do eu ideal, enquanto o sujeito de obediência *submete-se* ao superego. Submissão e projeção são dois modos de existência distintos. [...] A negatividade do superego restringe a liberdade do ego, mas o projetar-se para seu eu ideal, ao contrário, é visto como um ato de liberdade. Em vista do fato de que o eu ideal se torna inalcançável, ele se considera deficitário, fracassado, sobrecarregado com suas autorreprimendas. A partir do fosso que se abre entre o eu real e o eu ideal, desenvolve-se uma autoagressividade crescente.” (HAN, 2017, p.79-80) A relação corpo – imagem digital também pode refletir esse processo de idealização: enquanto a imagem se torna um simulacro que pode ser editado sem limites, o corpo manifesta suas limitações de carne e osso. Ele só pode ser transformado para atingir a inalcançável perfeição da imagem digital por meio de dolorosas cirurgias.

⁷ Cabe mencionar que o psicanalista Gérard Wajcman (2011) defende uma tese similar.

imagens digitais infinitamente editáveis só aumenta as possibilidades destas autoagressões para forçar o corpo a atingir a performance de uma imagem.

Ademais, como a produtividade deve ser crescente, a aceleração das trocas empurra uma “obsolescência programada” das conquistas individuais. O ritmo do “descarte” das imagens positivas de si mesmo promove sentimentos de incompletude e culpabilidade por não atingir nunca uma meta duradoura. Por conta da repetição destes mecanismos o cansaço assedia o sujeito de desempenho. Destarte, a depressão e por vezes o *burnout* podem ser as consequências de um fracasso experimentado como autoprovocado:

É precisamente a impossibilidade - condicionada pela sociedade - de formas objetivamente *válidas e definitivas de conclusão* que leva o indivíduo para dentro de uma repetição narcisista, de tal modo que não consegue alcançar qualquer *configuração*, imagem estável de si mesmo nem *caráter*. O sentimento de ter alcançado uma meta não é “evitado” deliberadamente para aumentar a autoestima. *Antes, o sentimento de ter alcançado uma meta jamais chega a se estabelecer.* (HAN, 2017, pp 65)

Visto que os sujeitos - enquanto consumidores - também devem ser “renovados” para que seu apetite de consumo se “atualize” e “revigore”, a fluidez das identidades e dos relacionamentos é uma peça importante da dinâmica da sociedade de consumo. É a *modernidade líquida* que o sociólogo Zygmunt Bauman já descreveu. Não apenas a obsolescência programada das mercadorias se acelera, também são mais evanescentes as relações, os afetos e as identidades. O que permanece ressoa com o tom enfadonho da repetição. Todas as mudanças devem ser expostas segundo o imperativo da transparência na vitrine brilhante das novidades. Han destaca a dimensão econômica deste imperativo:

A coerção por transparência, em última instância, não é um imperativo ético ou político, mas econômico. Iluminação é exploração; comunicação é comércio. Quem está totalmente exposto à iluminação está inapelavelmente entregue à exploração, a superiluminação de uma pessoa maximiza a eficiência econômica. (HAN, 2017, p. 211)

A transparência como fenômeno multidimensional

O livro *Sociedade da transparência*⁸ amplia diferentes aspectos e desdobramentos daquilo que Han já tinha introduzido um ano antes em *Topologia da violência*. Tomar as palavras chaves dos títulos de seus nove capítulos permite uma primeira aproximação à multidimensionalidade proposta pelo autor: positividade, exposição, evidência, pornografia, aceleração, intimidade, desencobrimento, controle. Cada uma destas palavras sintetiza dimensões da sociedade da transparência, suas relações com: as negatividades, a privacidade, o erotismo, a verdade, as imagens etc. Nos parágrafos seguintes nos concentraremos apenas no primeiro capítulo - que trata sobre a positividade - dado que nele, segundo nossa perspectiva, se coloca a questão central do livro. Reservaremos para nosso comentário de *Psicopolítica* o que diz respeito à transparência enquanto *dispositivo de poder*.

Positividade é a palavra que permite articular a diversidade de temas que são tratados por Han ao longo do livro. Seu proceder parte de uma dialética truncada. As coisas se tornam transparentes na medida que são despojadas parcial ou completamente de sua negatividade. Esta diminuição da negatividade de um ente redundará num aumento de sua positividade. Este aumento

⁸ Publicado na Alemanha em 2012.

- para além dos limites que estabelecia a negatividade - provoca uma *mudança qualitativa* do ente em questão. Vejamos isto com alguns exemplos:

As coisas se tornam transparentes quando eliminam de si toda e qualquer negatividade, quando se tornam rasas e planas, quando se encaixam sem qualquer resistência ao curso raso do capital, da comunicação e da informação. As ações se tornam transparentes quando se transformam em operacionais, quando se subordinam a um processo passível de cálculo, governo e controle. [...] As imagens se tornam transparentes quando, despojadas de qualquer dramaturgia, coreografia e cenografia, de toda profundidade hermenêutica, de todo sentido, tornam-se pronográficas, que é o contato imediato entre imagem e olho. As coisas tornam-se transparentes quando depõem sua singularidade e se expressam unicamente no preço. [...] A comunicação alcança sua velocidade máxima ali onde o igual responde ao igual, onde ocorre uma reação em cadeia do igual. A negatividade da alteridade e do que é alheio ou a resistência do outro atrapalha e retarda a comunicação rasa do igual. (HAN, 2017, pp 9-11)

O nome das coisas permanece, porém, esses nomes se assemelham a cartazes descontextualizados: indicam com o mesmo significante algo que mudou drasticamente. O que resta da comunicação sem o reconhecimento da alteridade? Da saúde sem a aceitação de nossa finitude? Do amor sem o acolhimento do conflito e do sofrimento? O que subsiste do erotismo sem os véus da fantasia, do secreto e do íntimo? Da memória sem a contingência dos esquecimentos ou a vicissitude das reelaborações do passado? Qual é o estatuto de um dado sem a teoria que o configura e a interpretação que o contextualiza? A transparência, enquanto dispositivo, produz um enfraquecimento da negatividade e da alteridade e cria “experiências positivadas” de mundo.

Primeiro, a transparência reduz um ente a uns poucos elementos considerados valiosos/importantes/positivos/comercializáveis. Num segundo momento, esse novo ente transparente substitui o lugar do “ente opaco”. O ente transparente (positivado) desloca o desacreditado ente opaco (imbuído de negatividades). Essa operação de substituição se dissemina em práticas sociais, discursos políticos, produções culturais, aplicativos digitais etc. Finalmente, isto ofusca ou desacredita outras possibilidade de experiência. Se a transparência é um fenômeno multidimensional é porque essa operação se executa “sobre” os mais diversos objetos.

A sociedade da transparência está em vias de reorganizar a alma humana de uma maneira totalmente nova. No curso e empuxo de sua positivação, também o amor é nivelado em um arranjo de sentimentos agradáveis e de excitações complexas e sem consequências. Assim, em *Lob der Liebe* (Louvor do amor), Alain Badiou chama a atenção para o site de encontros Meetic: “O homem pode estar enamorado sem cair na paixão! (sans tomber amoureux), ou “É bem simples estar enamorado sem sofrer”. O amor é domesticado e positivado para a fórmula de consumo e conformidade, no qual todo e qualquer fermento deve ser evitado. (HAN, 2017, pp 19-20)

Neste exemplo, as redes sociais e os aplicativos de encontros são parte desses mecanismos de disseminação. Sua função no celular é estar “na mão” a toda hora para nos lembrar que um/a “parceiro/a ideal” está sempre disponível para ofertar trocas em caso de não estarmos plenamente satisfeitos com o/a parceiro/a oportunizado/a anteriormente. Todos/as merecemos um relacionamento 100% positivo e temos milhares de opções nos aguardando: não perca tempo com negatividades! Antes do “primeiro olhar”, “da primeira palavra”, a plataforma toma a palavra para possibilitar e pré-configurar esse encontro. A plataforma não está apenas promovendo um encontro, está estipulando um tipo de encontro, uma forma de contrato. Chamaremos *reversão*

esse efeito paradoxal da transparência⁹. A transparência produz *reversões*: versões novas das coisas, com características muito diferentes do que eram antes de se tornarem transparentes.

A transparência como dispositivo neoliberal

Publicado na Alemanha em 2014 -dois anos depois de *Sociedade da transparência-Psicopolítica* é o livro em que Byung-Chul Han contextualiza melhor o fenômeno da transparência. Dois são os elementos que o circunscrevem: o neoliberalismo e o desenvolvimento da Web¹⁰. Notamos que as palavras neoliberal/neoliberalismo não apareciam em *Sociedade da transparência*.

Psicopolítica segue a mesma estrutura dos livros anteriores: o primeiro capítulo introduz a questão central e apresenta seus principais desdobramentos e os capítulos seguintes analisam de modo separado diferentes aspectos destes desdobramentos. Nossa análise concentra-se nos dois capítulos que são axiais para nosso tema: A crise da liberdade (primeiro capítulo) e *Big data* (décimo primeiro capítulo).

Os títulos dos dois segmentos do capítulo sobre a crise da liberdade - “a ditadura do capital” e “a ditadura da transparência” -. antecipam o retorno do tópico da violência. A ênfase está colocada na dimensão econômica e política desta violência. No primeiro segmento, Han interpreta a crise da liberdade como uma consequência das novas formas de exploração neoliberais:

O neoliberalismo é um sistema muito eficaz, e de fato inteligente, de explorar a liberdade. Explora-se tudo o que pertence a práticas e formas de liberdade, como a emoção, o jogo e a comunicação. Explorar alguém contra a sua vontade não é eficaz. Na exploração de outrem, o produto final é parco. Só a exploração da liberdade gera um rendimento máximo. (HAN, 2015, p.13)

O neoliberalismo instala um discurso e dispositivos de poder que convertem o modelo do empresário individualista, cujo sucesso se mede pela sua capacidade de multiplicar o capital, num modelo que perpassa todas as atividades e todas as classes sociais. É o *self-made man* reduzido à *self-made capital*: a liberdade individual subjugada pelo mandato de reproduzir o capital. Neste ponto Han segue a Marx. Uma liberdade que não se constrói na interação com outros e que não consegue projetar seus próprios fins é uma liberdade truncada, é apenas a liberdade do capital (HAN, 2015, p.13): “A liberdade do capital realiza-se por intermédio da liberdade individual. Deste modo, o indivíduo livre é degradado em órgão sexual do capital”.

Se o novo objeto central da exploração neoliberal é a liberdade individual, deduz-se que os novos dispositivos de poder estarão baseados nela: passamos do panóptico da sociedade disciplinar ao *Big data* do neoliberalismo contemporâneo.

⁹ Figura de estilo que consiste em repetir com sentido diferente ou até contrário certas palavras de uma proposição. “reversão”, in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2020, <https://dicionario.priberam.org/revers%C3%A3o> [consultado em 27-05-2020].

¹⁰ Observamos que um ano antes, em 2013, Byung-Chul Han publicou *No enxame: reflexões sobre o digital*. O último capítulo desse livro intitula-se “Psicopolítica”. Na última página (HAN, 2016, p.92) podemos ler: “Sendo assim, o psicopoder é mais eficaz do que o biopoder, uma vez que não é de fora, mas de dentro, que vigia, controla e age sobre os seres humanos. A psicopolítica digital apodera-se do comportamento social das massas, uma vez que se baseia na sua lógica inconsciente. A sociedade de vigilância digital, com o acesso ao inconsciente e aos futuros comportamentos sociais de massa, adquire traços totalitários. Submete-nos à programação e ao controle psicopolíticos. A era biopolítica ficou para trás. Hoje avançamos rumo à era da psicopolítica digital.” Nessas linhas vemos que Han antecipa o tema de seu próximo livro. A sociedade de vigilância digital é outra forma de nomear a sociedade da transparência. Esta crise da liberdade será o primeiro tema tratado por Han em *Psicopolítica*.

A transparência é, na realidade, um dispositivo neoliberal. Volta violentamente tudo para o exterior a fim de o transformar em informação. No atual modo de produção imaterial, mais informação e mais comunicação significam mais produtividade, aceleração e crescimento. (HAN, 2015, p.18)

O *Big data* é o dispositivo que realiza essa aceleração da. É também o dispositivo que permite explorar tudo o que associamos à liberdade: “é o ovo de Colombo da sociedade de controle digital” (HAN, 2015, p.18). É esta centralidade que obriga Han a lhe dedicar o capítulo mais extenso de *Psicopolítica*.

Antes de iniciar nossa análise do capítulo é conveniente definir *Big data* de forma sucinta. Para este fim seguimos alguns sites de marketing que oferecem serviços de *Big Data*¹¹. Os fundamentos do *Big data* se sintetizam com as chamadas cinco v's: volume, velocidade, variedade, veracidade e valor (notamos que veracidade e valor foram somadas depois, originalmente eram apenas três v's¹²). Utilizar esta ferramenta implica a capacidade de processar grandes volumes de dados confiáveis e variados de forma veloz – aspira-se a um processamento em tempo real¹³ -, atendendo a um determinado fim que permite conferir valor a esses dados. As principais fontes desses dados encontram-se na Web (bancos de dados, redes sociais, buscadores, aplicativos, sites de instituições, sites de vendas e de entretenimento, celulares e outros dispositivos conectados on-line etc.). Com softwares especializados, equipamentos de captura e armazenamento de dados e cientistas de dados, as grandes corporações, os governos, as empresas utilizam o *Big data* para identificar perfis, analisar comportamentos, desenhar políticas sanitárias ou de segurança pública, antecipar tendências, otimizar processos, personalizar produtos, aumentar vendas, desenhar campanhas políticas, influenciar opiniões¹⁴, etc. Mais do que uma mera ferramenta, o *Big data* representa um tipo de racionalidade instrumental aplicada à grandes volumes de dados com impacto em dimensões práticas conscientes e inconscientes das populações.

O capítulo sobre *Big data* segue duas linhas argumentativas: por um lado, mostra a potência do *Big data* como dispositivo neoliberal da transparência e, por outro, ensaia uma crítica de seus limites. Com relação a seu potencial, sabemos que esta tecnologia permite uma visão praticamente completa dos sujeitos. Han cita o *slogan* da empresa americana de *Big data* Acxiom: *Oferecemos-lhe uma visão 360 graus de seus clientes*. A potencialidade de processar e agenciar as informações aportadas pelo celular, pelos aplicativos, pelas redes sociais, pelos bancos, pelos GPS¹⁵, pelos buscadores de internet, pelas câmeras de vigilância, pelos aparelhos conectados à

¹¹ CETAX: <<https://www.cetax.com.br/blog/big-data/>>; MARKETINGPORDADOS:

<<http://marketingpordados.com/analise-de-dados/o-que-e-big-data-%F0%9F%A4%96/>>; IBM/BIGDATAHUB: <<https://www.ibmbigdatahub.com/blog/why-only-one-5-vs-big-data-really-matters>> e HOOTSUIT: <<https://blog.hootsuite.com/youtube-stats-marketers/>>. Todos os sites acessados: 04/05/2020.

¹² “Demchenko et al. (2013) agrega outros dois desafios para o trabalho com Big Data: a veracidade e o valor. Para o autor, a veracidade trata da necessidade de que os dados coletados tenham origem comprovada e reputação, ou seja, dados confiáveis. O valor é trabalhar com dados que de fato tenham significado que sejam fontes de valor agregado para a tomada de decisão.” (SILVEIRA et al., 2015, p. 47)

¹³ “Outro aspecto relevante do Big Data é a velocidade. Em muitos casos, esta se torna a característica mais importante, uma vez que transformar os dados em informações para a tomada de decisões em tempo real é um desafio e uma fonte de diferencial competitivo. Como estes dados, muitas vezes, são provenientes de fontes contínuas, sua análise deve ocorrer em tempo hábil para proporcionar decisões contemporizadas e válidas (McAfee & Brynjolfsson, 2012).” (SILVEIRA et al., 2015, p. 47)

¹⁴ Sobre a diversidade de usos do Big data, indicamos a revisão de literatura realizada em 2015 por Marcio Silveira, Carla Bonato Marcolin e Henrique Mello Rodrigues Freitas, disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/304227571_Uso_Corporativo_do_Big_Data_Uma_Revisao_de_Literatura> Acessado: 06 de maio de 2020.

¹⁵ Sistemas de geolocalização.

internet, pelos satélites, pelos drones etc., converte o panóptico de Bentham num jogo de crianças. Fazer isso em tempo real com populações inteiras ou com segmentos de populações, também é uma possibilidade que supera os dispositivos da biopolítica descritos por Foucault. O *Big data* não registra apenas características e movimentos associados aos corpos e seus ciclos vitais (biopolítica), ele registra e processa imagens, sons, falas, hábitos, discursos, sentimentos, desejos, impulsos, pulsões, devaneios etc. A capacidade de desvendar correlações a partir desta heterogeneidade de informações é o que Han denomina (2015, pp 72-74): o *inconsciente digital*. Por meio delas, o Big revela padrões de comportamento e reações que os próprios agentes ignoram. O potencial para manipular os sujeitos usando este conhecimento inaugura a passagem da biopolítica à psicopolítica¹⁶: “Será o Big data realmente capaz não só de vigiar o comportamento humano, mas também de o submeter a um controle psicopolítico?”¹⁷. Como afirma Benavides (2017, p.8), nesse tipo de uso: “[...] o *Big data* decreta o fim da vontade livre, da privacidade, do segredo e da autonomia. É uma máquina de transparência que oculta suas próprias regras.”

O desenvolvimento de neurotecnologias leva estas questões a um patamar que *Psicopolítica* não explora: a expansão das fronteiras da “captura” da informação ao interior do cérebro. Decerto, o desenvolvimento de neurotecnologias que permitem interpretar a atividade mental e viabilizar uma comunicação direta homem-máquina traz desdobramentos bioéticos importantes. A mesma tecnologia que permitirá que uma prótese ou um celular sejam acionados diretamente pelo cérebro através de implantes, permitirá uma captura e interpretação da atividade cerebral. Será possível futuramente *hackear* um cérebro? Estes horizontes levaram o

¹⁶ Gostaríamos de citar aqui como antecedente do uso deste termo o trabalho clínico e teórico da psicanalista Angela Maria Pires Caniato, que em sua tese de doutorado (1995) *A história negada. Violência e cidadania sob um enfoque psicopolítico* propõe e estuda uma abordagem terapêutica “psicopolítica” de seus clientes que padeceram torturas durante a última ditadura militar no Brasil. É importante notar que a internalização da violência do meio, da cultura e do contexto sócio-histórico é parte da matriz teórica da psicanálise. A psique não é uma mônada isolada apenas afetada por uma história familiar (CANIATO, 2008, p.17): “A Psicanálise, por outro lado, permite acompanhar a internalização dessas estratégias sociais de captura dos indivíduos e analisar os efeitos disruptivos da internalização dessas ideologias nas subjetividades. O exame dessas identificações projetivas-introjetivas revela as fantasias destrutivas inconscientes que sustentam as mentiras mais ou menos manifestas. A construção social e a difusão dessas fantasias, entre os indivíduos, servem para impedir o desenvolvimento do pensamento reflexivo. Os indivíduos são mantidos em funcionamento mental regressivo, atados, simbioticamente, às leis da sociedade de consumo. São cúmplices, conseqüentemente, ainda que inconscientemente do processo social que os violenta. Essa estratégia social de manipulação e de controle permite driblar a possibilidade de oposição e resistência dos homens às exigências do autoritarismo que atravessa as sociedades atuais, assim consideradas como democráticas.” No trabalho de CANIATO, a psicopolítica se inscreve na perspectiva libertadora de uma clínica psicanalítica contra os efeitos e consequências subjetivas da violência política e socio-cultural. No entanto, neste texto de Han, o termo psicopolítica descreve tecnologias do poder neoliberal que operam diretamente na psique dos sujeitos sem violentar seus corpos e “apagando as pegadas” dessa violência. A principal forma de apagamento das pegadas é a identificação do desejo com o imperativo que gera a “autoagressão”. Porém, notamos, a partir do texto citado, que estes mecanismos de interiorização da violência social como tecnologia política, também estão presentes na abordagem de Angela Maria Pires Caniato.

¹⁷ Como vimos, a eficácia do *Big Data* reside na capacidade de processar grande volumes de dados muito variados: registrar a vida em sua totalidade e registrar tudo o que acontece no planeta sem lacunas parece uma meta faraônica, porém, não impossível com o auxílio de tecnologias automatizadas e com a colaboração voluntária de cada ser humano que se empenha em traduzir todas suas experiências na linguagem binária do digital. Dados tais como trabalho, família, ingressos, consumo, sexualidade, projetos, convicções políticas, afetos, simpatias esportivas, preferências de alimentos, círculos de amizade etc., são disponibilizados massivamente pelos usuários da Web ou capturados por dispositivos diversos associados à Web. Para citar um exemplo: a cada minuto os usuários fornecem gratuitamente à plataforma Youtube 500 horas de conteúdo audiovisual. A tarefa de interpretar e processar estes grandes volumes de informação requer importantes investimentos. São poucos os atores econômicos capazes de operar nessas escalas monumentais. Certamente esta tarefa se simplifica na medida em que grandes plataformas concentram grandes parcelas do mercado e do fluxo das informações. Para citar outro exemplo da mesma empresa: 93% dos vídeos visualizados na Índia na internet são visualizados através da plataforma Youtube, e mais do 70% dos usuários globais de Youtube assiste vídeos recomendados pelos algoritmos da plataforma. É possível saber *quem vê o que*, e influenciar ou prever o que uma grande maioria da população vê/verá. O conhecimento do perfil do usuário permite criar conteúdos que ele assistirá com interesse. Fonte dos dados: HOOTSUIT: <<https://blog.hootsuite.com/youtube-stats-marketers/>>. Acessado: 04/05/2020.

neurocientista Rafael Yuste e sua equipe do projeto BRAIN à propor a promulgação de *neurodireitos universais* que garantam, entre outros, o direito a ter *uma vida mental privada*¹⁸: um limite jurídico à transparência.

Estas tendências revelam a potência do dispositivo neoliberal da transparência que opera segundo a lógica da maximização do capital: *Big data = Big Deal* (Han, 2015, pp 74-75). Sem um controle efetivo por parte da cidadania, este negócio *pouco transparente que explora a transparência* se concentra nas mãos dos governos dos países mais ricos e desenvolvidos, de grandes corporações e das plataformas web com maior volume, variedade e fluxo de informações.

Han sinaliza três limitações do *Big data*: não saber esquecer, ausência de razão e não poder antecipar um acontecimento. Estas limitações só se entendem como limitações se temos em conta a operação de substituição. A forma em que se usa uma tecnologia dissemina um pensamento simplificado que oculta outras formas possíveis de usar essa tecnologia e/ou de interpretar o que ela gerou. O que Han discute é a racionalidade instrumental neoliberal aplicada ao controle psicopolítico das populações que possibilita o *Big Data*. Pelo mecanismo da transparência descrito acima, esta racionalidade tende a reduzir o passado ao registro digital de fatos passados e a identificar o futuro com o resultado de uma modelização (tendência). Trata-se de *reversões* do passado e do futuro. Vejamos primeiro de que forma Han apresenta a relação memória/*Big data*:

A sociedade humana é uma narrativa, um relato do qual o esquecimento faz necessariamente parte. A memória digital é uma adição uma acumulação sem lacunas. Os dados registrados são enumeráveis, mas não narráveis. O guardar e recuperar distinguem-se substancialmente da recordação, que é um processo narrativo. (HAN, 2015, pp 75-76)

A substituição da memória pelas bases de dados integradas e da complexidade narrativa pela linha cronológica, longe de aumentar nossas capacidades associadas à nossa condição temporal, geram um empobrecimento destas capacidades. O fundamental para uma pessoa, ou para uma comunidade, não é *poder enumerar tudo o que ocupou seu tempo*. O basilar é que ela possa contar uma história sobre ela - que faça sentido para ela - e que lhe permita se posicionar no presente ante os outros, e projetar livremente seu futuro. Todavia, essa narrativa não é fixa: admitirá releituras e reescrituras determinadas por encontros, mudanças e acontecimentos marcantes. Este caráter existencial de nossa experiência temporal encontra-se depreciado e/ou instrumentalizado pelo *Big data*. Nosso passado não se reduz à soma de dados que ficaram registrados sobre ele. O passado torna-se transparente, porém sua transparência debilita/reduz seu sentido histórico e existencial. Da mesma forma, reduzir o presente a uma sucessão de momentos registráveis, fundamentalmente através de imagens, é uma forma de privá-lo de sua densidade narrativa. O silêncio, a inquietação, a angústia existencial, a meditação, os grandes questionamentos, o indizível da dor ou da perda etc. são apagados desse registro positivo e light desta reversão da experiência.

Uma consequência deste empobrecimento narrativo, ou desnarrativização, de nossa experiência temporal implica também um enfraquecimento de nosso espírito, um declínio de nossa razão:

Na Ciência da Lógica surge a afirmação: “todo o racional é um silogismo”. O silogismo não é em Hegel uma categoria da lógica formal. O silogismo comparece quando o começo

¹⁸ YUSTE, Rafael et. All. (2017). Four ethical priorities for neurotechnologies and AI. Nature, VOL 551, 9 NOVEMBER 2017. Disponível em: <<https://www.nature.com/news/four-ethical-priorities-for-neurotechnologies-and-ai-1.22960>> Acessado: 3 maio de 2020.

e o fim de um processo formam uma estrutura portadora de sentido. Assim, a narrativa, por contraste com a simples adição, é um silogismo. O conhecimento é um silogismo. [...] Se todo o racional é um silogismo, então o Big data é uma época sem razão. (HAN, 2015, pp 75-76)

Com uma argumentação que se apoia em Hegel, Han retoma aqui sua crítica ao *dataísmo* (HAN, 2015, pp 66-67). Os dados *per se* não explicam, não pensam, não são em si mesmos um conhecimento. O que o *Big data* faz é relacionar séries de dados, projetar modelos e probabilidades. Para Han isto gera uma estatística mais sofisticada e poderosa, porém não mais do que isso... Ela não pode substituir a complexidade e a criatividade da hermenêutica que propõe leituras diversas que fundamentam nosso ser no mundo. Porém, o *dataísmo* e o *Big data* invisibilizam ou enfraquecem esta dimensão hermenêutica: pretendem que os dados são transparentes e falam por si mesmos. Contudo, sabemos que os mesmos dados muitas vezes permitem leituras divergentes; conhecemos o peso das ideologias e das teorias na seleção, no processamento e na interpretação dos dados e, por fim, suspeitamos que, amiúde, o fim instrumental que pauta o recorte de uma situação e a seleção dos dados pode distorcer a interpretação dessa realidade... Neste sentido, o *Big data* pode auxiliar a tomada de decisões, porém toda decisão deve ponderar dimensões culturais, éticas, políticas, históricas, estéticas e filosóficas que são fundamentais e que ultrapassam as competências desta “estatística sofisticada”... O *dataísmo* como ideologia ou como crença desatende esta complexidade.

Finalmente, o *Big data* como dispositivo que antecipa as tendências do futuro só pode interpretar a história como tendência, variação ou repetição de séries de dados passados:

O Big data torna visíveis, sobretudo, modelos de comportamento coletivos. O próprio dataísmo intensifica o aumento da igualdade. O data mining não se distingue substancialmente da estatística. As correlações que descobre representam o estatisticamente provável. Assim, o Big data não tem acesso ao único. O Big data é totalmente cego perante o acontecimento. (HAN, 2015, pp 84)

O *Big-data* reduziria o futuro àquilo que já se conhece, ao que já foi armazenado e processado, àquilo que pode ser deduzido matematicamente desse “legado” a partir de modelizações. Porém, o futuro está aberto pela dimensão imprevisível do acontecimento singular: “Não será o estatisticamente provável, mas o improvável, o *singular*, o *acontecimento*, à determinar a história, o futuro humano.” (HAN, 2015, pp 84). Neste ponto Han reivindica a primazia da liberdade humana frente a uma liberdade subjugada algoritmicamente pelas tendências do consumo, do desempenho ou da razão instrumental. Não obstante, não é uma reivindicação - um tanto romântica - que garantirá uma superação da crise da liberdade descrita no primeiro capítulo de *Psicopolítica*.

Considerações finais: rachaduras no espelho da transparência

No primeiro capítulo de *Psicopolítica*, notamos que Han retoma uma crítica marxista à liberdade individual como liberdade alienada. No entanto, Han não segue Marx no postulado de que o comunismo possa ser o caminho para superar o capitalismo, nem o acompanha na interpretação da luta de classes como motor da história. Por um lado, sua reivindicação da singularidade e do acontecimento se apoia numa citação de Nietzsche na qual o filósofo do martelo defende o papel dos grandes homens na história; por outro lado, Han não indica formas coletivas de mudar as tendências que critica. Por isto, no parágrafo anterior qualificamos como um tanto

romântica sua posição. Vale a pena citar alguns destes posicionamentos de Han (2015, p.15), para pontuar algumas críticas e avançar em nossa argumentação:

Ao contrário do que conclui Marx, não é possível superar por meio de uma revolução comunista a contradição entre as forças produtivas e as relações de produção. Porque a contradição é insuperável. O capitalismo, graças precisamente ao caráter permanente desta contradição intrínseca, escapa em direção ao futuro. Deste modo, o capitalismo industrial transforma-se em neoliberalismo ou capitalismo financeiro. [...]

Han não traz uma justificativa para sustentar que esta contradição é insuperável e que o capitalismo sempre escapará “em direção ao futuro” se reinventando... O que ele traz é apenas um exemplo histórico de mutação do capitalismo. Han não apresenta um argumento contundente para defender que o capitalismo financeiro não poderá ser superado por outra forma de organização social capitalista ou não-capitalista,

O neoliberalismo, enquanto forma de mutação do capitalismo, transforma o trabalhador em empresário. É o neoliberalismo, e não a revolução comunista, que elimina a classe trabalhadora submetida à exploração alheia. Hoje, cada um de nós é um trabalhador que se explora a si próprio na sua própria empresa. Cada um de nós é senhor e escravo na sua pessoa. E também a luta de classes se transforma em luta interna de cada um consigo próprio. [...] (HAN, 2015, p.15)

Há nestas afirmações certa confusão e certo pessimismo. O trabalhador não se transforma *de fato* em empresário. O que temos é uma *cultura* na qual o trabalhador se percebe muitas vezes como empresário. Essa cultura é inclusive promovida no interior das empresas como forma de dominação ideológica. Vimos (LINHART, 1993, p.73) que o enfraquecimento das identidades coletivas foi estratégico para a mudança pós-taylorista das tecnologias de organização do trabalho. Parece que Han generaliza um discurso ideológico sobre o trabalho e uma condição parcial das classes trabalhadoras na contemporaneidade. Porém, esta generalização não resiste à uma análise sociológica ou econômica mais precisas. A exploração do trabalho sob formas taylorista ainda ocupa faixas representativas do mundo do trabalho, inclusive nos países desenvolvidos. A autoexploração - como liberdade alienada - não elimina *per se* a exploração alheia, muito pelo contrário é uma de suas formas. Haveria que justificar melhor porque essa consciência deveria permanecer alienada: porque não seria possível que a classe trabalhadora desmistificasse a ilusão de liberdade que estimula a autoexploração?

Já não é possível mantermos a distinção entre proletariado e burguesia. o proletariado define-se literalmente pela condição de ter seus filhos como única posse. A sua autoprodução limita-se unicamente à produção biológica. Hoje, pelo contrário, alastra a ilusão de que cada um, enquanto projeto livre de si mesmo, é capaz de uma autoprodução ilimitada. Na atualidade, a “ditadura do proletariado” é estruturalmente impossível. Hoje, todos estamos sob dominação de uma ditadura do capital. (HAN, 2015, p.15)

Advirta-se a contradição levantada anteriormente. Uma ilusão não derruba uma condição material: o proletariado – se seguimos a definição etimológica proposta por Han – se parece muito à definição de pobreza e/ou de pobreza extrema. Esta condição reflete a situação de uma parcela importante da população global, também, nos países ricos. Todavia, seguindo uma definição mais técnica (o proletariado como classe que não é proprietária de seus meios de produção e sobrevive vendendo sua força de trabalho) é difícil sustentar que esta classe não existe mais, ou que em suas

condições atuais ela seja incapaz de autoperceber sua diferença material com relação à burguesia. O proletário pode ser proprietário de uma casa ou de um carro, porém continua tendo que trabalhar para outrem para se sustentar. Consideramos que esta tese de Han de que hoje esta classe “não possa ser distinguida” da burguesia requer uma melhor fundamentação. Que uma classe oprimida se identifique com os valores de uma classe dominante não anula a contradição que os separa/enfrenta¹⁹.

Neste ponto, o pensamento de Byung-Chul Han enfrenta dois impasses: por um lado, um embasamento frágil na complexidade e diversidade das condições materiais (geográficas, sociológicas, econômicas, culturais) de algumas de suas teses. Por outro lado, gera um impasse político ao ofuscar o pensamento de uma saída à crise da liberdade que ele mesmo descreve. Não é paradoxal que um discurso crítico sobre a transparência invisibilize aquilo que se contrapõe a esse dispositivo de poder? Partindo do pensamento de Han, porém expandindo criticamente seus limites, apresentamos a seguir quatro alternativas de resistência que se contrapõem à transparência entanto dispositivo neoliberal.

A primeira perspectiva diz respeito ao caráter individualizante dos dispositivos da transparência. Existe uma continuidade entre sociedade disciplinar e sociedade do desempenho/da transparência. Um dos aspectos dessa continuidade é a valorização e a instrumentalização do indivíduo como base de sustentação do poder. Nesta perspectiva tudo aquilo que opera na direção de uma apropriação mais coletiva e solidária desses dispositivos de poder - desenhados para um uso individual ou “apropriados” por uma lógica individualista - gera uma pequena fissura na função de controle e de individualização que eles cumprem. No mesmo sentido, todas as formas de fortalecimentos dos laços sociais e as associações coletivas, baseadas no cuidado do outro e do meio ambiente, são barreiras à lógica do individualismo e da competição que regula os dispositivos da transparência. O desenho de dispositivos digitais comunitários, os usos coletivos e compartilhados de tecnologias abertas, se insere nesta perspectiva de uma compreensão mais ampla das tecnologias humanas para promover coletividades solidárias, livres e autônomas.

A segunda perspectiva agrupa as ações que se contrapõem à eliminação das negatividades produzida pelos dispositivos da transparência. Como vimos ao longo deste artigo, a transparência gera uma visibilidade seletiva: transparenta positivities e invisibiliza negatividades. Estes efeitos de visibilidade/invisibilidade são dinâmicos e requerem uma resposta dinâmica. Dar visibilidade às “negatividades” que a transparência neoliberal desqualifica, ou invisibiliza, requer um trabalho permanente. As artes, as mídias alternativas, a disseminação de outras narrativas, a

¹⁹ Um exemplo atual ajuda a sublinhar a necessidade de revisar estas afirmações de Han: Os trabalhadores de aplicativos de transporte de passageiros como UBER e 99 organizaram em 2019 a primeira greve global de trabalhadores de aplicativos de transporte de passageiros. Em 2020, em plena Pandemia do Covid 19, os trabalhadores de distribuição de comida que operam para aplicativos como Ifood ou Rappi também organizaram sua primeira greve internacional. Estes exemplos mostram que mesmo considerando estas novas formas de exploração do trabalho, não é tão fácil descartar as categorias trabalhistas e suas antigas formas de luta. Estes trabalhadores – muitas vezes classificados como autônomos pela justiça trabalhista - realizaram uma greve pedindo melhorias nas suas condições de trabalho e reclamando direitos que são próprios dos vínculos empregatícios. Vemos que ainda nestas novas formas de exploração do trabalho que se sustentam na ideologia do trabalhador-empresário, os trabalhadores são capazes de identificar interesses próprios, e de exigir melhorias de suas condições trabalhistas às empresas/corporações que estão por trás dos aplicativos. Fontes: New York Times, 08/05/2019: Uber Drivers’ Day of Strikes Circles the Globe Before the Company’s I.P.O. Por Kate Conger, Vicky Xiuzhong Xu e Zach Wichter. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2019/05/08/technology/uber-strike.html>> Acessado 10 de maio de 2020. Jornal Página 12, Buenos Aires, 23/04/2020: Inédita protesta de repartidores de comida en seis países por Santiago Brunetto. Disponível em: <<https://www.pagina12.com.ar/261548-inedita-protesta-de-repartidores-de-comida-en-seis-paises>> Acessado em 10 de maio de 2020. Ver também: I profesional, Buenos Aires, 21/04/2020: Glovo, Rappi, UberEats: repartidores inician este miércoles un paro internacional contra la precarización por Juan Manuel Barca. Disponível em: <<https://www.iprofesional.com/economia/314351-glovo-rappi-ubereats-inician-paro-global-por-la-pandemia>> Acessado em 10 de maio de 2020.

visibilização de outras identidades etc. São formas de resistência e de luta que podemos agrupar nesta perspectiva. Também, podemos incluir nela as ações que reintroduzem opacidades onde os dispositivos neoliberais pretendem impor transparência: a criptografia, a ambiguidade, a informação não confiável²⁰, a mentira²¹, as atividades off-line, a recusa a registrar/exibir digitalmente todos os aspectos de nossas vidas etc. são alguns exemplos. Ainda, como o tempo é uma negatividade para a cultura da hipercomunicação, da hiperprodutividade e do hiperconsumo, podemos incluir nesta perspectiva as ações e movimentos que promovem uma desaceleração em todas as dimensões da vida social.

A terceira perspectiva relaciona-se com a luta político-jurídica para estabelecer limites ao *sempre mais!* da lógica neoliberal. Não é vã a luta para legislar na defesa e proteção dos direitos individuais e coletivos atingidos, ou ameaçados pelos dispositivos do neoliberalismo ou para conquistar novos direitos. Movimentos sociais, sindicatos, movimentos identitários, povos indígenas, associações civis, partidos, ONGs etc. são protagonistas dessas lutas para legislar contra as lógicas predatórias do neoliberalismo. Com relação ao *Big data*, o caso Snowden e o escândalo de Cambridge Analítica demonstraram a importância de defender e fortalecer barreiras jurídicas que protejam o uso de nossos dados pessoais. Também se inscreve nesta perspectiva a já citada proposta de uma Declaração Universal de Neurodireitos realizada pelo grupo liderado por Rafael Yuste (2017).

Finalmente, a quarta perspectiva tem a ver com reivindicar todos os sujeitos sociais e coletivos (e suas visões de mundo) que a sociedade da transparência procura invisibilizar. Trata-se de uma batalha político-cultural. Neste sentido, talvez Byung-Chul Han tenha sido vítima do dispositivo que ele mesmo denuncia. O discurso da transparência tende a escolher determinados sujeitos de sua base sócio-econômica-cultural e constrói a partir deles uma totalização: eliminando as alteridades. Enquanto narrativa *Psicopolítica* participa do ofuscamento de práticas sociais, teorias, categorias e sujeitos que contestam as formas de opressão neoliberal e reivindicam outras formas de conhecer, de produzir, de criar e de conviver. Seguindo aqui a Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Menezes, esta quarta perspectiva inclui o que eles denominam Epistemologias do Sul²². Existe uma longa tradição de pensamento e de práxis anticolonial que

²⁰ O pressuposto do *Big data* é que ele obtém sempre informação confiável. O que acontece se nos acostumarmos à embarulhar nossas comunicações pessoais para entorpecer a apropriação de nossas informações pessoais pelo *Big data*? Numa sociedade exposta à espionagem e à captura permanente dos dados pessoais, esse “embarulhamento” pode se tornar uma sorte de profilaxia. É muito cedo para saber se a “confiança” e a “falta de cuidado” com as comunicações e os dados pessoais, e a entrega “gratuita” de informação “confiável” seguirão prevalecendo no futuro, ou se, pelo contrário, se popularizarão formas muito diversas e eficazes de criptografar nossas pegadas digitais.

²¹ O direito a mentir é o direito de defender nossa liberdade na esfera privada e de que nossas informações privadas não sejam usadas comercial ou politicamente. A mentira pode ser parte de uma estratégia política para contestar a instrumentalização de nossos dados. De acordo com Wajcman (2011, p. 44): “Vale decir que hoy, frente a la intrusión del Estado en los asuntos íntimos, hay que defender, con Benjamin Constant, el principio filosófico y político de un ‘derecho a mentir’; y esto contra Kant, para quien toda mentira sería un crimen. El sujeto tiene derecho de mentir, también de mentirse a sí mismo. Esto no concierne al estado, ni a nadie. Es problema suyo.” [Vale dizer que hoje, face a intrusão do Estado nos assuntos íntimos, há que defender, junto com Benjamin Constant, o princípio filosófico e político do ‘direito a mentir’; e isto contra Kant, para quem toda mentira era um crime. O sujeito tem direito a mentir, também de se mentir. Isto não concerne ao Estado, nem a ninguém. É problema seu.] tradução do autor.

²² “Designamos a diversidade epistemológica do mundo por epistemologias do Sul. O Sul é aqui concebido metaforicamente como um campo de desafios epistêmicos, que procuram reparar os danos e impactos historicamente causados pelo capitalismo na sua relação colonial com o mundo. Esta concepção do Sul sobrepõe-se em parte com o Sul geográfico, o conjunto de países e regiões do mundo que foram submetidos ao colonialismo europeu e que, com a exceção de Austrália e Nova Zelândia, não atingiram níveis de desenvolvimento econômico semelhante aos do Norte Global. A sobreposição não é total porque, no interior do norte geográfico, classes e grupos sociais muito vastos (trabalhadores, mulheres, indígenas, afro-descendentes), foram sujeitos à dominação capitalista e colonial e, por outro lado, porque no interior do Sul geográfico, houve sempre ‘as pequenas Europas’, pequenas elites locais que se beneficiaram da dominação capitalista e colonial e que depois das independências a exerceram e continuam a exercer,

contesta o liberalismo há séculos. Essa tradição irriga sua força transformadora em constituições nacionais, ações políticas, movimentos sociais, indígenas, camponeses, feminismos etc. No final das contas: a sociedade de pequenos empresários só existe como uma ilusão produzida pela sociedade da transparência.

Por último, ainda que seja difícil imaginar que a lógica do “sempre mais!” do neoliberalismo possa projetar um limite interno é interessante fortalecer os limites externos que a cidadania global pode impor em vista de seus interesses vitais. Alguns destes interesses vitais se refletem nas lutas contra: o aquecimento global; a degradação ambiental; as pandemias; a fome; a privatização da água; a precarização do trabalho; a marginalização e exclusão de grandes fatias da população global etc. Estas lutas transversais podem reunir grandes massas humanas e impor limites externos à maximização predatória do capital financeiro.

Estas perspectivas possuem desdobramentos em intervenções pedagógicas, propostas formativas, processos terapêuticos e horizontes estéticos. A construção de outras sensibilidades é um projeto multidimensional, diverso e transcultural que já está em curso e que contesta as narrativas neoliberais. O espelho da transparência reflete positivamente. Porém, quando as pessoas começam a reconhecer os reflexos como meros reflexos, a dilucidar seus efeitos e mecanismos óticos, quando a desconfiança se instala, quando as *reversões* das coisas que ele produz deixam de ser satisfatórias, as rachaduras no espelho se multiplicam e sua opacidade se revela.

por suas próprias mãos, contra as classes e grupos sociais subordinados.” Santos, Boaventura de Souza & Menezes, Maria Paula (2009, p.12-13).

Referências

- BAUDRILLARD, Jean. *La transparencia del mal: ensayo sobre los fenómenos extremos*. Trad. Joaquín Jordá. Barcelona: Anagrama, 1991.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Jorge Zahar: Rio de Janeiro, 2000
- BENEVIDES, Pablo Severiano. Neoliberalismo, psicopolítica e capitalismo da transparência. *Psicologia Social*, Belo Horizonte, v. 29, e164064, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822017000100244&lng=pt&nrm=iso>. Acessado em: 10 de maio de 2020.
- CANIATO, Angela Maria Pires. Violências e subjetividades: o indivíduo contemporâneo. *Psicologia Social*, Porto Alegre, v.20, n.1, p.16-32, abr. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822008000100003&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 10 maio de 2020.
- DE SOUZA SANTOS, Boaventura e MENEZES, Maria Paula (Orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Almedina, 2009.
- GUÉRIN, Michel. *La transparence comme paradigme*. Aix-en-Provence: Publication de l'Université de Provence, 2008.
- HAN, Byung-Chul. *Sociedade do Cansaço*. Trad. Enio Paulo Giachini. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.
- HAN, Byung-Chul. *Sociedade da transparência*. Trad. Enio Paulo Giachini. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.
- HAN, Byung-Chul. *Topologia da violência*. Trad. Enio Paulo Giachini. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.
- HAN, Byung-Chul. *No enxame: reflexões sobre o digital*. Trad. Miguel Serras Pereira. Lisboa: Relógio D'Água, 2016.
- HAN, Byung-Chul. *Psicopolítica*. Trad. Miguel Serras Pereira. Lisboa: Relógio D'Água, 2015.
- HAN, Byung-Chul. *Shanzhai: El arte de la falsificación y la deconstrucción en China*. Trad. Paula Kuffer. Buenos Aires: Caja negra, 2016.
- HAN, Byung-Chul. *A agonia do Eros*. Trad. Enio Paulo Giachini. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.
- HOFFMAN, Marcelo. O poder disciplinar. In: TAYLOR, Dianna (Ed.). *Michel Foucault: conceitos fundamentais*. Tradução: Fábio Creder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.
- LINHART, Danièle. À propôs du post-taylorisme. *Sociologie du travail*, Paris, n. 1, p. 63-74, 1993.
- MISTREANU, Simina. "Life Inside China's Social Credit Laboratory". *Foreign Policy* (3 abril 2018). Disponível em: <<https://foreignpolicy.com/2018/04/03/life-inside-chinas-social-credit-laboratory/>>. Acessado: 06 de maio de 2020.
- MÜNCH, Philippe. "Révolution française, opinion publique et transparence: les fondements de la démocratie moderne". *Appareil*, 7, 2011. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/appareil/1220>> Acessado: 3 maio de 2020
- VÁSQUEZ, Rocca Adolfo. (2017). Byung-Chul Han: la sociedad de la transparencia, autoexplotación neoliberal y psicopolítica. De lo viral-inmunológico a lo neuronal-estresante. *Nómadas Revista Crítica de Ciencias Sociales y Jurídicas*. 52. 10.5209/NOMA.56074. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/320721069_Byung-Chul_Han_la_sociedad_de_la_transparencia_autoexplotacion_neoliberal_y_psicopolitica_De_lo_viral-inmunologico_a_lo_neuronal-estresante> Acessado: 3 maio de 2020
- WAJCMAN, Gérard. *El ojo absoluto*. Trad. Irene Miriam Agoff. Buenos Aires: Manantial, 2011.

YUSTE, Rafael et. All. (2017). Four ethical priorities for neurotechnologies and AI. In: *Nature*, v. 551, 9 nov. 2017. Disponível em: <<https://www.nature.com/news/four-ethical-priorities-for-neurotechnologies-and-ai-1.22960>> Acessado: 3 maio de 2020.

Autor(a) para correspondência: Martin Domecq, Avenida Bahia 469, apartamento 5, Mundai, 45810000, Porto Seguro – BA, Brasil. martin.ufsb@gmail.com